



**Projeto Pedagógico do Curso
de Pós-Graduação *Lato Sensu*
em Direito Eleitoral**

- EAD -

**Curitiba/PR
Abril/2023**

Mantenedora
GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA – e-MEC 18437
CNPJ: 32.163.997/0001-97

Mantida
GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO – e-MEC 1759

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 1396, de 04/07/2001,
(publicada em Diário Oficial da União de 09/07/2001).

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 827, de 22/03/2002,
(publicada no DOU em 27/03/2002).

Portaria de Recredenciamento nº 65, de 18 de janeiro de 2017,
(publicada no DOU em 19/01/2017).

Credenciamento em Gran Centro Universitário – UniBagozzi,
Portaria nº 402, de 03 de junho de 2022,
(publicada no DOU de 06/06/2022, Seção 1, Edição 106, Página 141).

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DIREITO ELEITORAL
Modalidade a Distância

1. Perfil Institucional

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – IES

Quadro 1 – Identificação da Instituição de Ensino Superior – IES

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA: GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA, CNPJ: 32.163.997/0001-97
Endereço: Luiz Parigot de Souza, nº 961 Bairro: Portão Cidade: Curitiba UF: PR
CEP: 81.070-050 Telefone: (41) 3521-2727

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

1.1.1. Base Legal da Mantenedora

O Gran Centro Universitário é uma Instituição de Educação Superior (IES), mantida pelo Gran Centro Universitário LTDA. Trata-se de uma sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos. O Contrato Social da Mantenedora é registrado na Junta Comercial do Paraná, por meio do Registro nº 20227646223, datado de 09/11/2022, com o código de verificação nº 12214549000 e NIRE de nº 41208940492.

1.1.2. Base Legal da IES

Quadro 2 – Identificação da Mantenedora

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	
Nome:	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA
CNPJ:	32.163.997/0001-97
Código e-MEC:	18437
Endereço:	Rua Luiz Parigot de Souza, 961, Portão, Curitiba, PR, CEP: 81.070-050
Data da Fundação:	03 de dezembro de 2018
Natureza Jurídica:	Sociedade Empresária LTDA – Com fins lucrativos

DIRIGENTE DA MANTENEDORA					
Dirigente:	Gabriel Granjeiro				
Cidade:	Brasília	UF:	DF	CEP:	81.070-00
Fone:	(41) 3229-1181				

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

Quadro 3 – Identificação da Instituição Mantida

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA	
Nome:	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO
e-MEC:	1759

DIRIGENTE DA INSTITUIÇÃO MANTIDA					
Reitor:	Gabriel Granjeiro				
Endereço:	Rua Caetano Marchesini, nº 952				
Cidade:	Curitiba - Paraná	UF:	PR	CEP:	81.070-050
Fone:	(41) 3521-2727		Fax:	(41)3521-2700	

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

1.2. PERFIL E MISSÃO DA IES

Missão: *Mudar vidas por meio da Educação e da Tecnologia.*

Visão: *Ser a plataforma tecnológica que mais impacta a educação brasileira.*

Valores:

- *Tudo se resume a pessoas servindo outras pessoas;*
- *Somos obcecados pelos nossos alunos;*
- *Inovação é obrigação;*
- *Integridade não tem preço;*
- *Aqui, estamos sempre no 1º dia.*

1.3. BREVE HISTÓRICO DA IES

1.3.1. O Gran Centro Universitário

O Gran, uma EdTech brasileira que tem como missão mudar a vida de seus alunos por meio da educação e da tecnologia. A companhia, que completou 10 anos em 2022, é jovem, mas já tem um histórico sólido e de destaque, inclusive internacional. Foi reconhecida como a 5ª empresa mais inovadora da América Latina pela FastCompany, possui tecnologia de ponta que tem democratizado o ensino em todo o país e alcançou números que denotam sua vasta expertise de oferecer educação e ferramentas de excelência, mudando a vida de dezenas de milhares de alunos na última década.

A paixão por mudar vidas é o eixo condutor para qualquer movimento feito pelo Gran e os meios dessa transformação são a educação e a tecnologia, com ferramentas de aprendizagem pensadas em levar o melhor conteúdo, aliado a instrumentos que potencializam o estudo e aceleram o aprendizado. Desta forma, as TICs (**Tecnologias de Informação e Comunicação**) são essencialmente valorizadas pelo Gran, pois geram o acesso ao conhecimento e multiplicam as possibilidades de interação, ensino e aprendizado à comunidade acadêmica que, munida dessas ferramentas, torna a aprendizagem ativa e passa a protagonizar o processo educativo.

1.4. VOCAÇÃO GLOBAL

Os princípios e as ações a serem delineadas são fundamentais para que o **Gran Centro Universitário** promova as alterações necessárias à implementação das mudanças na busca de uma Instituição que seja fruto, permanentemente, do engajamento de suas metas/objetivos propostos pela comunidade acadêmica **Gran**. Dentre os objetivos globais traçados, destacam-se:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar cidadãos e profissionais nas áreas de conhecimento em que atuar, aptos para a inserção nas respectivas carreiras e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para sua formação continuada;
- incentivar a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento pessoal, cultural e profissional e possibilitar sua correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo globalizado e, simultaneamente, prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais e desenvolver ações afirmativas para a promoção de igualdade de condições com vistas à inclusão social.

2. Coordenação do Curso

Edson Lima Costa

Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Pós-Graduado em Direito Eleitoral e graduado em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Professor de Direito Eleitoral em preparatórios para concursos e de pós-graduação. Instrutor credenciado na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

E-mail: elc40@hotmail.com

Telefone: (61) 99833-0401

3. Dados do Curso

Nome do curso: DIREITO ELEITORAL

Modalidade: EAD

Carga horária: 385 h (disciplinas) + 40h (trabalho de conclusão de curso)

Periodicidade: oferta permanente

Período: 6 a 24 meses

4. Aspectos Gerais do Projeto Pedagógico

4.1. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

O curso de Pós-graduação Lato Sensu em Direito Eleitoral propõe um modelo pedagógico fundado na preparação do profissional para atuar em qualquer carreira jurídica no âmbito do Direito Eleitoral.

O curso abrange disciplinas voltadas à teoria geral do Direito Eleitoral, bem como a aspectos de ordem prática, necessárias ao domínio desse ramo do Direito. A título de importante inovação, ofertaremos a disciplina de Direito Eleitoral Digital, cujo conteúdo se mostra de extrema relevância e atualidade, o que se torna um considerável diferencial qualitativo.

O início do curso se dá com o Módulo I que inclui as disciplinas de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Teoria Geral das Eleições e a Teoria Geral do Direito Eleitoral para, em seguida, avançar nos módulos seguintes sobre temas mais específicos, tais como a propaganda eleitoral, ilícitos eleitorais, financiamento de campanhas eleitorais, entre outros, totalizando três módulos.

Importante ressaltar que a legislação eleitoral sofre constantes alterações, normalmente a cada ciclo eleitoral de dois anos, fato que impõe aos operadores do Direito dessa área constante atualização doutrinária, legislativa e jurisprudencial.

Nesse sentido, considerando as eleições gerais de 2022, acreditamos que o presente curso será um diferencial para o público-alvo, a saber, magistrados, membros do Ministério Público, advogados, servidores da Justiça Eleitoral, bacharéis em Direito e outros interessados, como candidatos nas eleições de 2022.

4.2. OBJETIVOS DO CURSO

4.2.1. Objetivos Gerais

- Capacitar membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, servidores públicos e candidatos a cargos eletivos, além de advogados e outros interessados que busquem aperfeiçoamento ou aprofundamento em Direito Eleitoral.
- Incentivar os cidadãos em geral para conhecerem as particularidades do sistema eleitoral brasileiro, os aspectos da democracia e a importância do valioso exercício da cidadania.

4.3. CONTRIBUIÇÕES PARA O EGRESSO

Oferecer capacitação aos profissionais da área do Direito e áreas afins, especificamente para conhecer e aplicar as regras do microsistema jurídico-eleitoral, desde a base teórica até os aspectos práticos. A partir da legislação, doutrina e jurisprudência atualizadas e, ainda, das reflexões sobre o conteúdo ministrado, o aluno irá aprender as particularidades de quem atua nesse segmento jurídico, habilitando-se para concorrer em nível diferenciado nos concursos da Magistratura, do Ministério Público e da Advocacia Pública, além de se capacitar para uma advocacia privada voltada a candidatos, partidos políticos e coligações. Para os alunos servidores da Justiça Eleitoral, o curso proporcionará um significativo ganho para o exercício do seu cargo público, credenciando-o ao bom desempenho de funções comissionadas e assessorias jurídicas no âmbito dos órgãos da Justiça Eleitoral.

4.4. PÚBLICO-ALVO

O curso é voltado aos profissionais da área do Direito – magistrados, membros do Ministério Público, advogados, servidores da Justiça Eleitoral, bacharéis em Direito e outros interessados, como candidatos nas eleições de 2022.

4.5. FORMA DE INGRESSO

Matrículas vinculadas ao sistema Gran Cursos Online, atendendo ao pré-requisito legal.

5. Estrutura Curricular Do Curso

5.1. METODOLOGIA

Utilizar-se-á o método de exposição tradicional, por meio de aulas gravadas de disponibilizadas na Plataforma, bem como a aprendizagem focada no aluno, tornando-o ainda mais ativo, tendo o professor como facilitador.

Além disso, haverá aulas ao vivo, síncronas, e objetos de aprendizagem de modo a permitir maior interação entre o professor e os alunos, esclarecendo dúvidas e ampliando o diálogo.

5.2. MATRIZ CURRICULAR

Unidade Curricular		CH Horária
01	Direito Constitucional	40h
02	Direito Administrativo	30h
03	Teoria Geral do Direito Eleitoral	10h
04	Direito Partidário	30h
05	Direito Eleitoral Digital I	4h
06	Direito Eleitoral Digital II	4h
07	Administração Eleitoral	20h
08	Prática no Contencioso Eleitoral	35h
09	Propaganda Eleitoral	25h
10	Teoria Geral das Eleições	10h
11	Inelegibilidades	20h
12	Financiamento de Campanhas Eleitorais	30h
13	Prestação de Contas Eleitorais	30h
14	Crimes Eleitorais e Processo Penal Eleitoral	15h
15	Ilícitos Eleitorais de Cassação	30h
16	Registro de Candidaturas	20h
17	Recursos Eleitorais	12h
18	Processo Legislativo	20h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		385 h/a
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 h/a
TOTAL DO CURSO		425 h/a

5.3. COMPONENTES CURRICULARES

Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL

Carga horária: 40 h/a

Ementa: Teoria da Constituição. Constituição Federal de 1988. Controle de constitucionalidade, de convencionalidade e de legalidade.

Conteúdo programático: Teoria da Constituição. Conceito, classificação (tipologia) e elementos. Poder Constituinte (espécies e limites). Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Hermenêutica constitucional. Métodos e princípios de interpretação. Regras, princípios e postulados constitucionais. Hierarquia das normas e supremacia da Constituição. História constitucional brasileira. Constituição Federal de 1988. Estrutura. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado Organização dos Poderes. Controle de constitucionalidade, de convencionalidade e de legalidade. Jurisprudência do STF e do STJ. Jurisdição constitucional.

Bibliografia básica:

BRASIL. Constituição da República de 1.988.

BULOS, Uadi Lammêgo. Constituição federal anotada. São Paulo: Saraiva, 2000

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da Constituição. 6ª ed. Coimbra: Almedina, 1993

CUNHA JÚNIOR, Dirley. Curso de direito constitucional. 5ª edição. Salvador: JusPodivum. 2011

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de direito constitucional. 10ª ed. Salvador: Jus Podivm. 2018

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva. 8ª edição. 2013

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 23ª edição, São Paulo: Atlas, 2008

NOVELINO, Marcelo. Curso de direito constitucional. 12ª edição. Salvador: Juspodivm, 2017

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 1992

Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito constitucional descomplicado. 3ª ed. São Paulo: Método. 2008

Bibliografia complementar:

ALEXY, Robert. Teoria de los derechos fundamenteales. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales. 1993

ÁVILA, Humberto. Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. São Paulo: Malheiros. 13ª edição. 2012

HESSE, Konrad. A força normativa da Constituição. Tradução: Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio A. Fabris. 1991

TEIXEIRA, J. H. Meirelles. Curso de direito constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 1991

SARMENTO, Daniel. Oneoconstitucionalismo no Brasil: riscose possibilidades. Leituras complementares de direito constitucional – Teoria da Constituição. Salvador: Juspodvm, 2009

SILVA, Virgílio Afonso. A constitucionalização do direito: os direitos fundamentais nas relações entre particulares. São Paulo: Malheiros. 2005

Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO

Carga horária: 30 h/a

Ementa: Introdução ao direito administrativo. Princípios administrativos. Organização administrativa. Ato administrativo. Poderes administrativos. Agentes públicos. Improbidade administrativa.

Conteúdo programático: Introdução ao direito administrativo. Sistemas administrativos. Administração pública. Administração pública no sentido subjetivo/orgânico/formal. Administração pública no sentido material / objetivo / funcional. Princípios administrativos. Princípios expressos. Princípios implícitos. Organização administrativa. Formas de prestação da atividade administrativa

(concentração e desconcentração. Centralização e descentralização). Administração direta e indireta. Entidades paraestatais. Estudo dos órgãos. Características dos órgãos. Estudo da administração descentralizada. Autarquias. Agências. Consórcios públicos. Fundações. Sociedade de economia mista e empresa pública. Ato administrativo. Conceito. Fato administrativo e fato da administração. O silêncio administrativo. Requisitos ou elementos de validade dos atos administrativos. Atributos ou prerrogativas do ato administrativo. Classificação dos atos administrativos. Espécies de atos administrativos. Extinção dos atos administrativos. Convalidação. Conversão. Poderes administrativos. Deveres do administrador. Abuso de poder. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder normativo (poder regulamentar). Poder discricionário e poder vinculado. Poder de polícia. Agentes públicos. classificação. Tipos de vínculo – função, emprego, cargo. Criação, transformação e extinção dos cargos públicos. Normas constitucionais aplicáveis aos agentes públicos. Disposições da Lei nº 8.112/90. Improbidade administrativa. Fundamentação constitucional. Natureza da ação de improbidade. Lei n. 8429/92. Lei de improbidade e “agentes políticos”. Elementos do ato de improbidade. Ação de improbidade.

Bibliografia básica:

- ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. São Paulo: Método, 2009.
- ARAÚJO, Edmir Netto de. Contrato administrativo. São Paulo: RT, 1987.
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. Curso de Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.
- BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 1996.
- CARVALHO, RAQUEL MELO URBANO. Curso de Direito Administrativo – Parte Geral, Intervenção do Estado e Estrutura da Administração. Salvador: JusPodivm, 2008.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 23. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- CAVALCANTE FILHO, João Trindade. Lei nº 8.112/90 Comentada Artigo por Artigo. Brasília: Gran Cursos, 2010.
- CAVALCANTE FILHO, João Trindade; SILVA, Gustavo Scatolino. Manual Didático de Direito Administrativo. 8. ed. Salvador: Juspodivm. 2020.
- CRETELLA JÚNIOR, José. Direito Administrativo Brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- CUNHA JR., Dirley da. Curso de Direito Administrativo. Salvador: JusPodivm, 2009.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2011.
- FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2005.
- FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Direito Administrativo. Belo Horizonte: Fórum, 2007.
- GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2003.
- MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo: RT, 2003.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2005.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
- MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.
- MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- SILVA, José Afonso da Silva. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2007.
- SUNDFELD, Carlos Ari, Fundamentos de Direito Público. 3. ed. 3ª tir. São Paulo: Malheiros, 1998.

Bibliografia complementar:

- JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13ª ed. São Paulo: Dialética, 2009.
- MAGNO, Alexandre. Direito Administrativo Essencial. 2ª ed. Brasília: Gran Cursos, 2011.
- NOHARA, Irene Patrícia. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2011.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. São Paulo: RT, 2008, 581p.
TIBÚRCIO, Cármen. A extradição de Battisti e o Direito Internacional. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-jun-04/mesa-bar-sala-aula-todos-comentam-battisti>>. Acesso em 14 nov. 2009.
TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2003.

Disciplina: TEORIA GERAL DO DIREITO ELEITORAL

Carga horária: 10 h/a

Ementa: Direito Eleitoral. Conceito. Fontes. Hermenêutica Eleitoral. Princípios. Pluralismo Político.

Conteúdo programático: Direito Eleitoral. Conceito. Fontes. Hermenêutica Eleitoral. Princípios. Pluralismo Político.

Bibliografia básica:

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

ZÍLIO, Rodrigo López. Direito Eleitoral. 7 ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

Bibliografia complementar:

VELLOSO, Carlos Mário da Silva; AGRA, Walber de Moura. Elementos de Direito Eleitoral. São Paulo: Saraiva, 2020.

Disciplina: DIREITO PARTIDÁRIO

Carga horária: 30 h/a

Ementa: Partidos Políticos: autonomia constitucional, criação, fusão, incorporação e extinção. Introdução à legislação eleitoral-partidária. Disciplina e Fidelidade Partidária. Legitimidade processual dos partidos políticos. Sistemas informatizados da Justiça Eleitoral. Diretórios Partidários. Cláusula de Barreira. Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário). Finanças dos Partidos Políticos.

Conteúdo programático: Partidos Políticos: autonomia constitucional, criação, fusão, incorporação e extinção: a sua coexistência com as diversas instâncias da Justiça Eleitoral. Introdução à legislação eleitoral-partidária: a nova reforma administrativa para as eleições de 2022. Etapas do processo eleitoral e a sua relação com a atuação partidária. Disciplina e legitimidade partidária: Hipóteses excludentes da infidelidade partidária e a sua aplicabilidade aos detentores de cargos eletivos dos sistemas majoritário e proporcional. Legitimidade processual dos partidos políticos: atuação em juízo. Responsabilidade solidária com os candidatos e esferas partidárias. Sistemas informatizados da Justiça Eleitoral: CANDEX, DIVULGACAND, SGIP, SPCA, SPCE, TOT. Diretórios Partidários: a sua regularização perante a Justiça Eleitoral. Cláusula de Barreira: Emenda Constitucional 97/2017. Regra de transição. Direito de antena. Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário): Fonte dos recursos. Critérios de acesso e distribuição dos recursos do Fundo Partidário. Os programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. Finanças dos Partidos Políticos: contabilidade e prestação de contas à Justiça Eleitoral. Consequências quanto às irregularidades na prestação de contas.

Bibliografia básica:

AGRA, Walber de Moura; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; FUX, Luiz; PECCININ, Luiz Eduardo. Tratado de Direito Eleitoral Volume II - Direito Partidário. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Bibliografia complementar:

MOTA, Rafael Moreira. O controle judicial da autonomia partidária. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

Disciplina: DIREITO ELEITORAL DIGITAL I

Carga horária: 4 h/a

Ementa: Fundamentos do direito digital, evolução e tendências. Novas tecnologias e o direito eleitoral. Privacidade e proteção de dados no direito eleitoral. Propaganda eleitoral na internet.

Conteúdo programático: Fundamentos do direito digital, evolução e tendências. Novas tecnologias e o direito eleitoral. Privacidade e proteção de dados no direito eleitoral. Propaganda eleitoral na internet.

Bibliografia básica:

RAIS, Diogo; FALCÃO, Daniel. Direito eleitoral digital. São Paulo: RT, 2018.

LAGE, Fernanda de Carvalho. Manual de inteligência artificial no direito brasileiro. Salvador: Editora Juspodivm, 2021.

PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital. São Paulo: Saraiva, 2021.

Disciplina: DIREITO ELEITORAL DIGITAL II

Carga horária: 4 h/a

Ementa: Fundamentos do direito digital, evolução e tendências. Novas tecnologias e o direito eleitoral. Privacidade e proteção de dados no direito eleitoral. Propaganda eleitoral na internet.

Conteúdo programático: Fundamentos do direito digital, evolução e tendências. Novas tecnologias e o direito eleitoral. Privacidade e proteção de dados no direito eleitoral. Propaganda eleitoral na internet.

Bibliografia básica:

RAIS, Diogo; FALCÃO, Daniel. Direito eleitoral digital. São Paulo: RT, 2018.

LAGE, Fernanda de Carvalho. Manual de inteligência artificial no direito brasileiro. Salvador: Editora Juspodivm, 2021.

PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital. São Paulo: Saraiva, 2021.

Disciplina: ADMINISTRAÇÃO ELEITORAL

Carga horária: 20 h/a

Ementa: Justiça Eleitoral: órgãos e competências. Eleições. Voto. Garantias Eleitorais. Proclamação dos resultados. Diplomação. Função Consultiva e Normativa.

Conteúdo programático: Justiça Eleitoral: órgãos e competências. Eleições: a preparação das eleições. Criação e extinção de zonas eleitorais. Convocação de mesários. Voto: voto e escrutínio. Voto eletrônico e segurança da urna eletrônica. Votação em cédulas. Garantias Eleitorais: Garantias dos eleitores, fiscais, mesários e candidatos. Transporte de eleitores. Lei seca no dia das eleições. Apuração e totalização de votos. Proclamação dos resultados. Diplomação. Função Consultiva. Função Normativa.

Bibliografia básica:

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva; AGRA, Walber de Moura. Elementos de Direito Eleitoral. São Paulo: Saraiva, 2020.

ZÍLIO, Rodrigo López. Direito Eleitoral. 7 ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

Disciplina: PRÁTICA NO CONTENCIOSO ELEITORAL

Carga horária: 35 h/a

Ementa: Aspectos teóricos e práticos do contencioso eleitoral. Elaboração da petição inicial e da contestação. Técnica de elaboração de decisões judiciais: Saneamento do processo, sentença e acórdão. Recursos eleitorais: técnica de elaboração de recursos. Ritos procedimentais das ações eleitorais.

Conteúdo programático: Aspectos teóricos e práticos do contencioso eleitoral: devido processo legal e contraditório. Legitimação processual. Competência. Arguição de impedimento e suspeição. Instrumentalidade do processo. Amicus Curiae. Negócio jurídico processual. Princípio da Congruência entre a imputação legal e o dispositivo da sentença e/ou acórdão. A aplicação supletiva e subsidiária do CPC. Elaboração da petição inicial e da contestação. Técnica de elaboração de decisões judiciais: Saneamento do processo, sentença e acórdão: a fundamentação. Princípio da Persuasão Racional ou do Livre Convencimento Motivado. Recursos eleitorais: técnica de elaboração de recursos. Ritos procedimentais das ações eleitorais: I) Ações sob o rito do art. 22 da LC n. 64/90: Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE). Representação por captação ou gasto ilícito em campanhas eleitorais, captação ilícita de sufrágio e condutas vedadas aos agentes públicos. Competência. O rito procedimental. Tutela Provisória e Tutela de Urgência. Instrução Processual. Cúmulo de ações. II) Ações sob o rito do art. 3º e seguintes da LC n. 64/90: Ação de Impugnação de Registro de Candidatura e Ação de Impugnação de Mandato Eletivo: Competência. Objeto. Causa de Pedir. Pedido. Desistência. Tutela provisória. Instrução Processual. III) Recurso contra Expedição de Diplomas (RCED): Hipóteses de cabimento. Competência. Legitimados. Rito procedimental.

Bibliografia básica:

AGRA, Walber de Moura; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; FUX, Luiz; PECCININ, Luiz Eduardo. Tratado de Direito Eleitoral Volume VI - Direito Processual Eleitoral. Belo Horizonte: Fórum, 2018.
GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2021.
ZÍLIO, Rodrigo López. Direito Eleitoral. 7 ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

Bibliografia complementar:

O direito eleitoral e o novo Código de Processo Civil/Coordenadores: André Ramos Tavares; Walber de Moura Agra; Luiz Fernando Pereira; prefácio de Paulo Henrique dos Santos Lucon. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
VELLOSO, Carlos Mário da Silva; AGRA, Walber de Moura. Elementos de Direito Eleitoral. São Paulo: Saraiva, 2020.

Disciplina: PROPAGANDA ELEITORAL

Carga horária: 25 h/a

Ementa: Propaganda Política: espécies. Propaganda Eleitoral. Princípios. Propaganda Eleitoral extemporânea. Horário Eleitoral gratuito. Representação por Propaganda Eleitoral ilícita. Direito de Resposta.

Conteúdo programático: Propaganda Política: espécies. Propaganda Eleitoral. Princípios. Propaganda Eleitoral extemporânea. Horário Eleitoral gratuito. Representação por Propaganda Eleitoral ilícita. Direito de Resposta.

Bibliografia básica:

AGRA, Walber de Moura; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; FUX, Luiz; PECCININ, Luiz Eduardo. Tratado de Direito Eleitoral Volume IV - Propaganda Eleitoral. Belo Horizonte: Fórum, 2018.
CASTRO, Edson de Resende. A nova campanha eleitoral. Leme: JH Mizuno, 2020.
GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2021.
ZÍLIO, Rodrigo López. Direito Eleitoral. 7 ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

Disciplina: TEORIA GERAL DAS ELEIÇÕES

Carga horária: 10 h/a

Ementa: 1. A democracia no tempo. 2. A crise democrática e o contexto brasileiro. 3. Conceito. 4. Tipologia das eleições: eleições democráticas x eleições autoritárias. 5. Axiologia eleitoral. 6. A legitimidade dos processos eleitorais: conceito, significado e dimensões. 7. O papel das eleições no

Estado democrático. 8. As funções latentes do voto. 9. Integridade Eleitoral. 10. Análise da qualidade das eleições.

Conteúdo programático: 1. A democracia no tempo. 2. A crise democrática e o contexto brasileiro. 3. Conceito. 4. Tipologia das eleições: eleições democráticas x eleições autoritárias. 5. Axiologia eleitoral. 6. A legitimidade dos processos eleitorais: conceito, significado e dimensões. 7. O papel das eleições no Estado democrático. 8. As funções latentes do voto. 9. Integridade Eleitoral. 10. Análise da qualidade das eleições.

Bibliografia básica:

ALVIM, Frederico Franco. Crise democrática e justiça eleitoral. Desafios, encargos, caminhos de ação. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2020.

_____. Axiologia eleitoral. In: SOUZA, Claudio A.; ALVIM, Frederico Franco; BARREIROS NETO, Jaime.; Dantas, Humberto (coords.). Dicionário das eleições. Curitiba: Juruá, 2020, p. 104-105.

_____. Abuso de Poder nas Competições eleitorais. Curitiba: Juruá, 2019.

ELSTER, Jon; PILLOEUR, Arnaud Le. À quoi servent les élections. Paris: PUF, 2013.

HARROP, Martin; MILLER, William L. Elections and voters: a comparative introduction. London: MacMillan Education, 1987.

HERMET, Guy; ROUQUIÉ, Alain; LINZ, J.J. ¿Para que sirven las elecciones? Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

MANIN, Bernard. Los principios del gobierno representativo. Madrid: Alianza Editorial, 2017.

NOGUEIRA, Ary Jorge Aguiar. Judicialização da competição eleitoral municipal. Rio de Janeiro: lumen juris, 2019.

NORRIS, Pippa. Why electoral integrity matters? Oxford: Oxford University Press, 2013.

PRZEWORSKI, Adam. ¿Por qué tomarse la molestia de hacer elecciones? Pequeño manual para entender el funcionamiento de la democracia. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2019.

SÁNCHEZ MUÑOZ, Óscar. La igualdad de oportunidades en las competiciones electorales. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007.

SCHEDLER, Andreas. The politics of uncertainty. Oxford: Oxford University Press, 2013.

Disciplina: INELEGIBILIDADES

Carga horária: 20 h/a

Ementa: Conceito. Espécies. Arguição de Inelegibilidade. Suspensão da inelegibilidade. Prazo de vigência.

Conteúdo programático: Conceito. Espécies. Inelegibilidades Constitucionais e Infraconstitucionais. Inelegibilidades Absolutas e Relativas. Desincompatibilização. Arguição de Inelegibilidade. Suspensão da inelegibilidade. Prazos de vigência.

Bibliografia básica:

AGRA, Walber de Moura; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; FUX, Luiz; PECCININ, Luiz Eduardo. Tratado de Direito Eleitoral Volume III - Elegibilidades e Inelegibilidades. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

CARVALHO, Volgane Oliveira. Manual das Inelegibilidades com Comentários à Lei das Inelegibilidades e Jurisprudência Atualizada do TSE e STF. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2020.

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

ZÍLIO, Rodrigo López. Direito Eleitoral. 7 ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

Bibliografia complementar:

RAMAYANA, Marcos. Direito Eleitoral. 17 ed. Niterói: Impetus, 2019.

Disciplina: FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS

Carga horária: 30 h/a

Ementa: Modelos de Financiamentos. Fontes. Limites. Gastos Eleitorais. Administração Financeira da campanha.

Conteúdo programático: Modelos de Financiamentos. Fontes: Fontes Lícitas. Fontes Vedadas. Fontes de Origem não Identificada. Fundo Especial de Financiamento de Campanhas (FEFC). Doação acima do limite legal: a Representação do art. 23 da Lei n. 9.504/97. Limites. Gastos Eleitorais. Administração Financeira da campanha.

Bibliografia básica:

AGRA, Walber de Moura; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; FUX, Luiz; PECCININ, Luiz Eduardo. Tratado de Direito Eleitoral Volume V - Financiamento e Prestação de Contas. Belo Horizonte: Fórum, 2018. GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

SHLICKMANN, Denise Goulart. Financiamento de Campanhas Eleitorais. 10 ed. Curitiba: Juruá, 2020.

ZÍLIO, Rodrigo López. Direito Eleitoral. 7 ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

Bibliografia complementar:

RAMAYANA, Marcos. Direito Eleitoral. 17 ed. Niterói: Impetus, 2019.

Disciplina: PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS

Carga horária: 30 h/a

Ementa: Princípios da Prestação de Contas. Espécies. Procedimento. Impugnação. Julgamento.

Conteúdo programático: Princípios da Prestação de Contas. Espécies: Parciais e Finais. Simplificada e **Comum**. **Procedimento:** O sistema SPCE. Impugnação. Julgamento: Aprovação. Aprovação com ressalvas. Rejeição. Não Apresentação de Contas: consequências. Sobras de campanhas. Assunção de Dívidas. Recursos.

Bibliografia básica:

AGRA, Walber de Moura; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; FUX, Luiz; PECCININ, Luiz Eduardo. Tratado de Direito Eleitoral Volume V - Financiamento e Prestação de Contas. Belo Horizonte: Fórum, 2018. GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

SHLICKMANN, Denise Goulart. Financiamento de Campanhas Eleitorais. 10 ed. Curitiba: Juruá, 2020.

ZÍLIO, Rodrigo López. Direito Eleitoral. 7 ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

Disciplina: CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL

Carga horária: 15 h/a

Ementa: Crimes Eleitorais. Aspectos Gerais. Crimes Eleitorais em espécie. Processo Penal Eleitoral. Institutos jurídicos despenalizadores. Inquérito. Ação Penal Eleitoral. Recursos Eleitorais Criminais.

Conteúdo programático: Crimes Eleitorais. Aspectos Gerais: Natureza. Crime Eleitoral x Crime Político. Aplicação do Código Penal. Majorantes e Minorantes. Penas: espécies. Crimes Eleitorais em espécie: Crimes previstos no Código Eleitoral, na Lei n. 9.504/97, na LC n. 64/90 e na Lei n. 6.091/74. Processo Penal Eleitoral. Institutos jurídicos despenalizadores: aplicação da Lei n. 9.096/95. Inquérito. Ação Penal Eleitoral: Rito. Aplicação do Código de Processo Penal. Juiz de Garantias. Recursos Eleitorais Criminais.

Bibliografia básica:

AGRA, Walber de Moura; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; FUX, Luiz; PECCININ, Luiz Eduardo. Tratado de Direito Eleitoral Volume VIII - Direito Penal e Processo Penal Eleitoral. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

ZÍLIO, Rodrigo López. Direito Eleitoral. 7 ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

Disciplina: ILÍCITOS ELEITORAIS DE CASSAÇÃO**Carga horária:** 30 h/a**Ementa:** 1. A tutela jurisdicional da legitimidade eleitoral. 2. Abuso de poder. Conceitos e características. 3. O uso lícito de recursos de poder nas competições eleitorais. 4. O uso ilícito de recursos de poder nas competições eleitorais. 5. Formas típicas de abuso: (i) abuso de poder político; (ii) abuso de poder econômico; (iii) uso indevido dos meios de comunicação social. 6. Novas formas de abuso de poder: (i) abuso de poder religioso; (ii) abuso de poder coercitivo; (iii) uso indevido das tecnologias de informação (Fake News, Desinformação, Big Data, Microtargeting, Bots, Clickfarms). 7. Captação e gastos ilícitos de recursos. 8. Captação ilícita de sufrágio. 9. Condutas vedadas aos agentes públicos. 10. Fraude eleitoral. 11. Corrupção eleitoral. 12. Análise da gravidade das circunstâncias em ações de abuso de poder. 13. A cassação de mandatos na Justiça Eleitoral.**Conteúdo programático:** 1. A tutela jurisdicional da legitimidade eleitoral. 2. Abuso de poder. Conceitos e características. 3. O uso lícito de recursos de poder nas competições eleitorais. 4. O uso ilícito de recursos de poder nas competições eleitorais. 5. Formas típicas de abuso: (i) abuso de poder político; (ii) abuso de poder econômico; (iii) uso indevido dos meios de comunicação social. 6. Novas formas de abuso de poder: (i) abuso de poder religioso; (ii) abuso de poder coercitivo; (iii) uso indevido das tecnologias de informação (Fake News, Desinformação, Big Data, Microtargeting, Bots, Clickfarms). 7. Captação e gastos ilícitos de recursos. 8. Captação ilícita de sufrágio. 9. Condutas vedadas aos agentes públicos. 10. Fraude eleitoral. 11. Corrupção eleitoral. 12. Análise da gravidade das circunstâncias em ações de abuso de poder. 13. A cassação de mandatos na Justiça Eleitoral.**Bibliografia básica:**

Alvim, Frederico. Abuso de Poder nas Competições eleitorais. Curitiba: Juruá, 2019.

_____. Cobertura política e integridade eleitoral: efeitos da mídia sobre as eleições. Florianópolis: Habitus, 2018.

COELHO, Margarete de Castro. O teto de cristal da democracia brasileira. Abuso de poder nas eleições e violência política contra as mulheres. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

CUNHA, Amanda Guimarães da; BASTOR JR., Luiz Magno P. Direito Eleitoral sancionador. O dever de imparcialidade da autoridade eleitoral. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2021.

DeFLEUR, Melvin; BALL-ROCKEACH, Sandra. Teorias da comunicação de massa. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

D'ANCONA, MATTHEW. Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake News. Barueri: Faro Editorial, 2017.

GOMES, CESAR AUGUSTO. Os sete tipos de Fake News sobre a Covid-19. Disponível em: [https://www.blogs.unicamp.br/covid-19/os-7-tipos-de-fake-news-sobre-a-covid-19].

HARTMANN, Ivar A. M. Liberdade de manifestação política e campanhas: é preciso atenção aos algoritmos. In: FALCÃO, Joaquim (org.). Reforma eleitoral no Brasil: legislação, democracia e internet em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. p. 153-164.

LIMA, Venício de. Mídia: teoria e política. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

LOZANO, Irene. Son molinos, no gigantes. Barcelona: Editorial Península, 2020.

JIMÉNEZ SOLER, IGNACIO. La nueva desinformación. Barcelona: Editorial UOC, 2020.

NEVES, FLORA. Telejornalismo e poder nas eleições presidenciais. São Paulo: Summus Editorial, 2008.

SANTOS, João de Almeida. Media e poder. O poder mediático e a erosão da democracia representativa. Lisboa: Vega, 2012.

SARTORI, GIOVANNI. Homo videns: televisão e pós-pensamento. Florianópolis: EDUSC, 2001.

WOLF, Mauro. Teorias da comunicação. 6. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

ZILIO, Rodrigo López. Decisão de cassação de mandato: um método de estruturação. Salvador: Jus Podivm, 2020.

Disciplina: REGISTRO DE CANDIDATURAS

Carga horária: 20 h/a

Ementa: Processo de Registro de Candidaturas. Rito. Requerimento. Quotas. Substituição de Candidatos.

Conteúdo programático: Processo de Registro de Candidaturas. Rito. Requerimento. Documentos. Quotas: quotas de gênero e étnico-raciais. Financiamento das candidaturas de quotas Substituição de Candidatos: cargos majoritários e proporcionais.

Bibliografia básica:

AGRA, Walber de Moura; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; FUX, Luiz; PECCININ, Luiz Eduardo. Tratado de Direito Eleitoral Volume III - Elegibilidades e Inelegibilidades. Belo Horizonte: Fórum, 2018. CARVALHO, Volgane Oliveira. Manual das Inelegibilidades com Comentários à Lei das Inelegibilidades e Jurisprudência Atualizada do TSE e STF. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2020.

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

ZÍLIO, Rodrigo López. Direito Eleitoral. 7 ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

Bibliografia complementar:

RAMAYANA, Marcos. Direito Eleitoral. 17 ed. Niterói: Impetus, 2019.

Disciplina: RECURSOS ELEITORAIS

Carga horária: 12 h/a

Ementa: Teoria Geral dos Recursos. Prazos. Recursos Eleitorais.

Conteúdo programático: Teoria Geral dos Recursos: Princípios. Admissibilidade. Pressupostos. Efeitos. Legitimidade. Prazos. Recursos Eleitorais: Recurso inominado. Agravos. Embargos de Declaração. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Recurso Extraordinário.

Bibliografia básica:

CASTRO, Edson de Resende. Curso de Direito Eleitoral. 10 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2020.

GOMES, José Jairo. Recursos Eleitorais. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Disciplina: PROCESSO LEGISLATIVO

Carga horária: 20 h/a

Ementa: Teoria Geral do Processo Legislativo. Processo Legislativo Reformador. Processo Legislativo Ordinário. Medida Provisória e Processo Legislativo.

Conteúdo programático: MÓDULO 1 – TEORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO: 1. Processo Legislativo. 1.1. Regulação do Processo Legislativo. 1.2. Controle judicial do devido processo legislativo. 1.3. Ação legislativa inconstitucional. 1.4. Concepções sobre o Processo Legislativo. 1.5. Tipos de processos legislativo. 1.6. Procedimento legislativo. 1.7. Processos legislativos no âmbito do Legislativo da União. 2. Extensibilidade das prescrições constitucionais federais sobre o processo legislativo ordinário. MÓDULO 2 – PROCESSO LEGISLATIVO REFORMADOR: 1. Limitações ao poder reformador. 1.1. Notas Iniciais. 1.2. Limitações circunstanciais. 1.3. Limitações processuais ou formais. 1.3.1. Nota introdutória. 1.3.2. Princípio da Irrepetibilidade. 1.3.3. A questão da índole constitucional ou regimental do interstício entre turnos. 1.4. Limitações materiais expressas. 1.4.1. Forma Federativa de Estado (art. 60, § 4º, I). 1.4.2. Voto direto, secreto, universal e periódico (Art. 60, § 4º, II). 1.4.3. Separação dos Poderes (art. 60, § 4º, III). 1.4.4. Direitos e Garantias individuais (art. 60, § 4º, IV). 1.5. Limitações materiais implícitas. 2. Resumo do processo reformador. 3. A questão da dupla revisão. 4. Ação Reformadora x decisões do STF. 5. Limitações temporais. 6. Poder Constituinte Revisional. 7. Controle de constitucionalidade no processo reformador. 7.1. Controle de constitucionalidade de proposta de emenda à Constituição pela via concentrada abstrata. 7.2. Controle de constitucionalidade abstrato concentrado de Emenda Constitucional. 7.3. Controle judicial preventivo de constitucionalidade

de proposta de emenda à Constituição. 7.4. Controle judicial de constitucionalidade do processo reformador. MÓDULO 3 – PROCESSO LEGISLATIVO ORDINÁRIO: 1. Fase inicial do processo legislativo ordinário. 2. Casa Iniciadora. 3. Casa Revisora. 4. Atuação das Comissões Técnicas. 5. Processo legislativo abreviado. 6. Casa Revisora. 7. Emendas parlamentares. 8. Princípio da Irrepetibilidade. 9. Processo Legislativo Sumário (sob urgência constitucional). 10. Fase Executiva do Processo Legislativo. 10.1. Sanção. 10.2. Veto. 10.2.1. Controle de constitucionalidade político preventivo. 10.2.2. Prazo e elementos formais. 10.2.3. Extensão do veto. 10.2.4. Apreciação do veto. 10.2.5. Pendência da decisão sobre o veto e sobrestamento. 10.2.6. Questões jurisprudenciais finais sobre o veto. MÓDULO 4 – MEDIDA PROVISÓRIA E PROCESSO LEGISLATIVO DE CONVERSÃO: 1. Conceito e perfil tipológico. 2. Pressupostos de edição. 3. Prazo de validade. 4. Aptidão material da medida provisória. 5. Primeiro efeito da edição de medida provisória: a inovação normativa. 6. Segundo efeito da edição de medida provisória: o processo legislativo de conversão. 6.1. Fase inicial. 6.2. Fase de Comissão. 6.3. Fase de Plenários. 7. Controle de constitucionalidade de medida provisória e da lei de conversão. 8. MP no âmbito federativo. 9. Revogação de medida provisória. 10. Prorrogação de medida provisória. 11. Irrepetibilidade em medida provisória. 12. Não edição do decreto legislativo regulamentar.

Bibliografia básica:

BRASIL. Constituição da República de 1.988.

DEZEN JUNIOR, Gabriel. Processo legislativo completo. Brasília: Alumnus. 2017.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Do processo legislativo. 7ª ed. São Paulo: Saraiva. 2012.

OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni. Devido processo legislativo. Rio de Janeiro: Forum. 2011.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva. 8ª edição. 2013.

TRINDADE, João. Processo legislativo constitucional. 2ª ed. Salvador: Juspodivm. 2016.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de direito constitucional. 10ª ed. Salvador: Jus Podivm. 2018.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARTINS, Flávio. Curso de direito constitucional. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 23ª edição, São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 1992.

5.4. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

18

A avaliação do desempenho escolar será feita por disciplina, por meio de provas no sistema Gran Cursos, e terá por base o sistema de notas em valores numéricos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) ponto, considerando-se aprovado(a) aquele que alcançar a nota mínima de 70(setenta) pontos.

5.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Será opcional.

5.6. ATIVIDADE DE EAD

Aulas expositivas, mesclando a teoria com casos práticos apresentados pelos docentes por meio de suas experiências profissionais e acadêmicas.

5.7. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE UNIDADES CURRICULARES CURSADAS ANTERIORMENTE

O aproveitamento de estudos dar-se-á por equivalência ou isenção de disciplinas, caso o(a) aluno(a) já tenha cursado disciplina com carga horária e conteúdo programático compatíveis ou idênticos entre si. O pedido de aproveitamento de disciplinas será analisado pela coordenação do curso.

6. Coordenação do Curso

6.1. COORDENADOR DO CURSO

Edson Lima Costa

Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Pós-Graduado em Direito Eleitoral e graduado em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Professor de Direito Eleitoral em preparatórios para concursos e de pós-graduação. Instrutor credenciado na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

E-mail: elc40@hotmail.com

Telefone: (61) 99833-0401

6.2. CORPO DOCENTE

Unidade Curricular	Docente(s)	Titulação	Carga Horária
Direito Constitucional	Aragonê Fernandes	Especialista	40h
Direito Administrativo	Gustavo Scatolino	Especialista	30h
Teoria Geral do Direito Eleitoral	Weslei Machado	Especialista	10h
Direito Partidário	Fernando Alencastro	Especialista	30h
Direito Eleitoral Digital I	Fernanda Lage	Doutora	4h
Direito Eleitoral Digital II	Ingrid Reale	Especialista	4h
Administração Eleitoral	Fernando Alencastro	Especialista	20h
Prática no Contencioso Eleitoral	Weslei Machado	Especialista	35h
Propaganda Eleitoral	Edson Costa	Especialista	25h
Teoria Geral das Eleições	Frederico Alvim	Doutor	10h
Inelegibilidades	Alessandro Costa	Mestre	20h
Financiamento de Campanhas Eleitorais	Denise Schlickmann	Mestra	30h
Prestação de Contas Eleitorais	Denise Schlickmann	Mestra	30h

Unidade Curricular	Docente(s)	Titulação	Carga Horária
Crimes Eleitorais e Processo Penal Eleitoral	Weslei Machado	Especialista	15h
Ilícitos Eleitorais de Cassação	Alessandro Costa	Mestre	30h
Registro de Candidaturas	Alessandro Costa	Mestre	20h
Recursos Eleitorais	Fernando Alencastro	Especialista	12h
Processo Legislativo	Gabriel Dezen	Especialista	20h
Metodologia da Pesquisa Científica (opcional)	Julianna Moreira	Mestra	40h

6.3. BIBLIOTECA

Não haverá uma biblioteca física, em razão da natureza do curso. Caberá ao docente indicar em aula a bibliografia básica e complementar.

7. Estágio

7.1. Este curso de pós-graduação contempla, como diretriz curricular, apenas o estágio não obrigatório, assim considerado aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular obrigatória, nos termos da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, devendo-se celebrar Termo de Compromisso de Estágio, como Instrumento Jurídico entre a Instituição de Ensino, a parte Concedente e o estagiário em cláusulas que estabeleçam as condições gerais (vigência, eventual bolsa e jornada de trabalho, compatível com as atividades escolares e nos limites legais) bem como as obrigações da Instituição de Ensino, em relação aos estágios de seus educandos; e as obrigações da parte concedente.

7.2. As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo aluno, são equiparadas ao estágio.

7.3. Deve-se haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso de Estágio.

7.4. O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da Instituição de Ensino e por Supervisor da parte concedente, comprovado por vistos em relatórios de atividades a serem apresentados pelo aluno, em prazo não superior a 6 (seis) meses, e por menção de aprovação final.

7.5. Os relatórios periódicos e o final devem ser apresentados à instituição de ensino, com a descrição pormenorizada das atividades, inclusive com a natureza do estágio e jornada, e com a assinatura do supervisor da parte concedente.

7.6. Os relatórios periódicos do estagiário serão incorporados ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do aluno.

7.7. Quando devidamente formalizado, as atividades de estágio podem, a pedido do interessado ser acrescidas à carga horária regular e obrigatória, com o objetivo de acrescentar a carga horária respectiva como atividade complementar no certificado.

